

# **III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS  
POLÍTICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA  
DO ESTADO II**

**EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN**

**JEAN CARLOS DIAS**

**EDMUNDO ALVES DE OLIVEIRA**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### **Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Diretora Executiva** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

#### **Representante Discente:**

Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

#### **Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

#### **Secretarias**

##### **Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

##### **Comunicação:**

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

##### **Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

##### **Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

##### **Eventos:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

---

T314

Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado II [Recurso eletrônico on-line]  
organização CONPEDI

Coordenadores: Edmundo Alves De Oliveira; Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Jean Carlos Dias –  
Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-301-6

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Democracia. 3. Filosofia. III Encontro Virtual  
do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



### **III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

#### **TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO II**

---

##### **Apresentação**

O III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado em parceria com a UNICURITIBA, apresentou como tema central “SAÚDE: SEGURANÇA HUMANA PARA A DEMOCRACIA”. Essa temática norteou o conjunto dos debates desde a abertura do evento, com reflexos nos painéis apresentados ao longo dos dias e nas apresentações dos trabalhos, em especial a questão da defesa de um sistema democrático, das políticas públicas e a necessidade de um desenvolvimento inclusivo estiveram em destaque no Grupo de Trabalho “TEORIAS DA DEMOCRACIA, DIREITOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FILOSOFIA DO ESTADO II”, na medida em que são os movimentos político-sociais aqueles que mais refletem acerca da necessidade da redução das desigualdades, sob a égide de um Estado Democrático de Direito.

Sob a coordenação dos professores Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Jean Carlos Dias do Centro Universitário do Pará e Edmundo Alves De Oliveira, da Universidade de Araraquara o GT contribuiu, com excelentes exposições orais e debates caracterizados, pela riqueza e profundidade dos assuntos e pela atualidade do tratamento por seus expositores.

O primeiro artigo apresentado, intitulado: PROMESSAS DESCUMPRIDAS DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE TEÓRICA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO E A MANUTENÇÃO DO SEU EXERCÍCIO HOJE, da autoria de Francieli Puntel Raminelli, promove uma reflexão sobre a democracia desde sua gênese até os dias atuais visando compreender como vem sendo aplicado em nosso país nos termos da sua idealização primária, qual seja, a participação do povo.

Sob o título de PROPAGANDA POLÍTICA ELEITORAL: paradigmas sobre o uso da internet como ferramenta de campanha e a propaganda eleitoral no período da pandemia do COVID-19, os autores Adriana Mendonça Da Silva e Paulo Octavio De Almeida Bastos apresentaram uma análise da propaganda política eleitoral e os paradigmas legais quanto ao uso da internet como ferramenta de campanha no contexto da pandemia da Covid-19, tendo como parâmetro às alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 107/2020.

José Marcos Miné Vanzella e Daisy Rafaela da Silva apresentaram o trabalho intitulado APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A NOVA DIREITA: AMEAÇA À DEMOCRACIA, LEGITIMAÇÃO DA INJUSTIÇA E PREJUÍZOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL em que abordam como atuaram os aparelhos privados de hegemonia ideológica da nova direita na legitimação da injustiça social da desigualdade em ameaça à democracia e direitos fundamentais no Brasil.

DEMOCRACIA EM CRISE, O PERIGO DAS NARRATIVAS POPULISTAS E A PANDEMIA DE COVID-19 é o título do artigo apresentado por Luciana de Aboim Machado e Antonio Jose Xavier Oliveira, no qual analisam os efeitos do populismo e suas narrativas, em especial aquelas produzidas pelo atual chefe do poder executivo federal, no agravamento da evidente crise de sustentação observada na democracia brasileira.

Maria Fernanda Stocco Ottoboni é autora que apresentou o artigo intitulado: DIREITO E ESTADO SOB A PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO que enfoca a sociedade da informação, sua relação com as novas tecnologias e sua influência na compreensão de Direito e Estado em perspectiva contemporânea.

O ESTADO DEMOCRÁTICO EM ESPINOSA E SUA RELAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES DEMOCRÁTICAS DE NORBERTO BOBBIO, da autoria de Thiago Alencar Alves Pereira aborda a relação entre a teoria democrática de Espinosa e Bobbio. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar a relação entre os autores no que trata da teoria e do exercício da democracia.

Julia Borges da Costa Abdalla, Rennan Herbert Mustafá e Elve Miguel Cenci são os autores do trabalho intitulado OS REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A NECESSIDADE DA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS, apresentado pelos dois primeiros, cujo foco central está voltado para os reflexos da globalização nas relações de trabalho e a transnacionalização dos mercados, bem como a diminuição do poder de coação dos Estados-nação. Com crise dos Estados nacionais, observam-se os efeitos nefastos da economia globalizada nas relações de trabalho e as reiteradas violações aos direitos humanos.

POBREZA: POSSÍVEIS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO A PARTIR DE AMARTYA SEM, da autoria de José Marcos Miné Vanzella e Tatiana Cristina Bassi discute a a pobreza em seus diversos aspectos, desde a sua definição, até as razões que poderiam tê-la ocasionado, trazendo algumas das consequências por ela

causadas, demonstrando a vulnerabilidade das pessoas que se encontram nestas condições, buscando com base nestes dados trazer possíveis soluções político-sociais para esta realidade tão triste que ainda assola tantas pessoas.

Giselle Morais Rocha relacionou o discurso de ódio com a violência nele contida, fazendo, inicialmente, uma breve análise da concepção filosófica de violência, com o intuito de conectá-la com o discurso de ódio na atualidade, em seu trabalho intitulado: O DISCURSO DE ÓDIO E A VIOLÊNCIA NELE CONTIDA.

DA RACIONALIDADE ECONÔMICA À CONCEPÇÃO NORMATIVA DE RECONHECIMENTO: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, da autoria de Glaucia Fernanda Oliveira Martins Batalha, apresenta uma revisão teórica dos modelos analíticos da ação coletiva e dos movimentos sociais dos autores Mancur Olson, Eduard P. Thompson, Barrington Moore Jr., James Scott e Axel Honneth.

Claudia Maria Felix De Vico Arantes Da Silva apresenta temas entrelaçados: democracia digital, fake news e liberdade de expressão em tempos de pandemia em seu artigo DEMOCRACIA 4.0: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE FAKE NEWS E OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E SEGURANÇA HUMANA.

O décimo segundo artigo apresentado, sob o título DELIBERAÇÃO PÚBLICA E A REDUÇÃO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO DO SISTEMA REPRESENTATIVO, da autoria de Tiago Cordeiro Nogueira, se propõe a identificar as deficiências do sistema representativo e apresentar a deliberação pública como instrumento indispensável à mitigação do déficit democrático.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS NORMAS JURÍDICAS PROMOCIONAIS PARA A CONVIVÊNCIA DO PARADOXO NA CONCEPÇÃO DE LIBERDADE DOS IDEÁRIOS LIBERAL E REPUBLICANO, cujos autores são Fábio Eduardo Biazon Abrantes, Kathleen Cristina Tie Scalassara e Marlene Kempfer tem por temática indicar as normas promocionais como instrumento de controle social, capaz de estimular ou desestimular condutas, permitindo alargar para a sociedade a responsabilidade de tornar as competências estatais realidades sociais.

Ulisses Gabriel, Silvio Gama Farias e Marcos André Vieira Meller apresentaram o trabalho intitulado: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO

ESTADO DE SANTA CATARINA, cuja temática se volta para os mecanismos de participação popular no Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina e sua relação com o Estado Democrático de Direito.

Por fim, foi apresentado o trabalho intitulado: DEMOCRACIA EM CRISE DE IDENTIDADE: ENSAIO SOBRE A TEORIA DO INSTITUTO DA DEMOCRACIA E A SUA (IN)APLICABILIDADE NO BRASIL, da autoria de Cibeli Simoes Dos Santos e Victor Luiz Martins De Almeida que se propõe a promover uma análise crítica a respeito do instituto da democracia e da experiência nacional a esse respeito.

**APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A NOVA DIREITA: AMEAÇA À  
DEMOCRACIA, LEGITIMAÇÃO DA INJUSTIÇA E PREJUÍZOS AOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS NO BRASIL**

**PRIVATE APPLIANCES OF HEGEMONY AND THE NEW RIGHT: THREAT TO  
DEMOCRACY, LEGITIMATION OF INJUSTICE AND DAMAGE TO  
FUNDAMENTAL RIGHTS IN BRAZIL**

**José Marcos Miné Vanzella <sup>1</sup>  
Daisy Rafaela da Silva <sup>2</sup>**

**Resumo**

O artigo, com uma metodologia de pesquisa bibliográfica aborda a questão: como atuaram os aparelhos privados de hegemonia ideológica da nova direita na legitimação da injustiça social da desigualdade em ameaça a democracia e direitos fundamentais no Brasil? Analisa-se a produção de consensos nas concepções elitista e procedimentalista de democracia. Membros dirigentes e financiadores das corporações. A naturalização e universalização de interesses, que defendem, monopólio e oligopólios. Com recursos estrangeiros e empresariais multiplicam-se aparelhos de difusão de valores conservadores ganhando capilaridade e penetração. Isso resulta em supressão de direitos sociais risco ao sistema protetivo da Constituição e a democracia

**Palavras-chave:** Nova direita, Aparelhos privados de hegemonia, Liberdade, Direitos fundamentais, Democracia

**Abstract/Resumen/Résumé**

The article, with a bibliographic research methodology, addresses the question: how did the private apparatus of ideological hegemony of the new right act in legitimizing the social injustice of inequality in threat to democracy and fundamental rights in Brazil? The production of consensus in the elitist and proceduralist conceptions of democracy is analyzed. The naturalization and universalization of interests, which defend, monopoly and oligopolies. With foreign and business resources, devices for the diffusion of conservative values multiply, gaining capillarity and penetration. This results in the suppression of social rights at risk to the protective system of the Constitution and democracy.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** New right, Private devices of hegemony, Freedom, Fundamental rights, Democracy

---

<sup>1</sup> Professor efetivo do CENTRO UNIVERSITARIO SALESIANO DE SÃO PAULO, UNISAL Programa de Mestrado em Direito. É vice-líder do grupo de pesquisa "Direitos Sociais, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas".

<sup>2</sup> Professora efetiva do CENTRO UNIVERSITARIO SALESIANO DE SÃO PAULO, Mestrado em Direito. É Líder do grupo de pesquisa "Direitos Sociais, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas". Professora da USP - Lorena

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, com uma metodologia de pesquisa bibliográfica aborda a seguinte questão: Como atuaram os aparelhos privados de hegemonia ideológica da nova direita na legitimação da injustiça social da desigualdade em ameaça à democracia e direitos fundamentais no Brasil?

Para encaminhar a resposta apresentam-se três tópicos que abordam: a disputa da democracia entre as elites e a soberania popular; Aparelhos privados de hegemonia com ação estrutural e reconfiguração do Estado brasileiro; Ação doutrinária, sociabilidade do capital e agressividade da direita.

## 2 A DEMOCRACIA DISPUTADA ENTRE AS ELITES E A SOBERANIA POPULAR

Com a finalidade de esclarecer o papel dos aparelhos privados de hegemonia, que fortalecem a nova direita é necessário distinguir, a competição entre dois modelos de democracia uma visão elitista e uma visão deliberativa a qual afirma a soberania popular e o sentido normativo dos direitos fundamentais.

Para compreender a visão de elitista de democracia é conveniente remeter a Joseph Schumpeter, o qual desenvolveu uma teoria da democracia concorrencial através do livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia” em 1942. Ele afirmava que a verdadeira democracia estava no ocidente apesar da evidente ausência do governo do povo.

Na sua visão elitista, a democracia é o método para promover o bem comum através da tomada de decisões pelo próprio povo, com a intermediação de seus representantes (SCHUMPETER, 1984, p. 313). O ponto crucial da crítica schumpeteriana está aqui: as pessoas não sabem determinar o que é melhor para elas, quando estão em jogo questões públicas. Não há uma vontade do cidadão, só impulsos vagos, equivocados, desinformados (SCHUMPETER, 1984, p.317). Neste sentido, ele desenvolve um conceito de democracia nos seguintes termos: "o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população" (SCHUMPETER, 1984, p.336). O método eleitoral parece ter, sobretudo, um caráter legitimador. Para disputar e vencer as eleições é necessário criar um amplo consenso social a respeito do projeto proposto. Nessa perspectiva entram em ação (APHs) “os aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de Mercado” (CASIMIRO, 2018, p. 17) Eles atuam no sentido doutrinário, difusão de diferentes matrizes do



pensamento liberal e recrutamento de intelectuais. A construção da hegemonia de determinado grupo é um processo dinâmico e contínuo que precisa de constante atualização.

São vários os intelectuais e formadores de opinião “recrutados” pelas elites para defender suas concepções como: Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé, Denis Rosenfeld, etc. Longe de se constituir como um bloco homogêneo combina famílias políticas diferentes, como afirma Vera Alves Cepêra: “Nos últimos anos presenciamos dissensões no campo como nas rugas entre Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Berlanza e lideranças do MBL [...]”. (2018, p. 55). Neoliberais e direita democrática viram na aliança com a direita autoritária a possibilidade de chegar ao poder e implantar sua agenda.

Coutinho, Pondé e Rosenfil, intelectuais da direita, escreveram o livro: “Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo” (2012). O texto apresenta princípios que indicam a possibilidade de certo flerte com a direita não democrática.

No capítulo “Dez notas para a definição de uma direita”, Coutinho, distanciando-se das políticas da fé e assumindo um ceticismo realista moderado, que repudia as mentalidades radicais e utópicas tanto de esquerda quanto de direita afirma preferir um esquerdista moderado a um direitista reacionário. Porém ele parte do princípio que os homens não são iguais, nem pela ordem natural nem pelo uso da liberdade. A afirmação do princípio da desigualdade e o culto a liberdade individual são seus fundamentos ontológicos, que resultam na aceitação da injustiça como matriz da vida social. A afirmação da liberdade individual deveria servir para afastar uma aliança com a direita autoritária. Contudo, Vera Alves Cepêda, comenta que: “[...] aceitar a diferença naturalizando-a equivaleria a abandonar a energia que produziu o processo civilizador, [...]. (2018, p.63). Existe aqui também uma profunda cisão na própria visão conservadora da tradição do pensamento católico, que coloca a justiça como “virtude cardeal” fundamento da comunidade humana (2020, p. 501 et seq.)

O capítulo de Pondé, fala de uma nova direita liberal e democrática, do ceticismo e realismo, porém também defende os “melhores” naturalizando as desigualdades de oportunidades que os tornou “melhores”. Ele assume certo desconforto com a democracia, partindo de Tocqueville, que fala da tirania da maioria reduzindo o princípio democrático a estupidez justificada politicamente. Em suas palavras: “faz todo mundo se achar “igualmente” capaz de emitir opiniões sobre tudo”. (COUTINHO, PONDÉ, ROSENFELD, 2012, p. 72). Aí está a semente da aliança com o pensamento autoritário.

Em seu capítulo Rosenfield afirma as teses: da traição programática da esquerda e do aparelhamento do Estado com pretensões totalitárias. Desconsiderando a realidade de um

governo de coalisção, os resultados eleitorais plurais nas várias instâncias da federação, ele atribui todos os vícios da política a um único ator o PT. Trata a corrupção como só houvesse um único agente, ignora o corruptor ativo da iniciativa privada, bem o capitalismo monopolista e oligopolista. Seu enredo, como samba de uma nota só, coaduna com a manipulação do imaginário através da fantasia de um eminente risco totalitário de esquerda no país. Antessala ideológica do golpe de 1964, e novo flerte com a direita autoritária.

O livro deixa clara a disposição das direitas de entrar na disputa do saber universitário e das várias instâncias da produção cultural fazer alianças para implantar sua agenda.

Por outro lado, a concepção deliberativa de Jürgen Habermas tem como ponto de partida da autocompreensão das ordens jurídicas modernas “são os direitos que os cidadãos têm que atribuir uns aos outros, caso queiram regular legitimamente sua convivência com meios do direito positivo”. (2010a, p.103) Para ele, a legitimidade das ordens modernas resulta do “visado nexos internos entre soberania do povo e direitos humanos reside no conteúdo normativo de um *modo de exercício da autonomia política*, não através da forma das leis gerais”. (2010a, p.137). Disto resulta o sistema dos direitos fundamentais.

Para Habermas, a soberania “se retira para os círculos de comunicação de foros e corporações, de certa forma destituídos de sujeito. Somente nesta forma anônima o poder comunicativamente diluído pode ligar o poder administrativo do aparelho estatal à vontade dos cidadãos. (2010a, 173). Os direitos de participação política, vão muito além da campanha eleitoral e da eleição de representantes embora remetam à institucionalização jurídica de uma formação pública da opinião e da vontade, a qual culmina em resoluções sobre leis e políticas (2010a, 190). Elas são fruto de debates muito complexos que envolvem, questões ético-políticas, pragmáticas e morais. Em suas palavras: “Questões ético-políticas colocam-se na perspectiva de membros que procuram obter clareza sobre a forma de vida [...] sobre os ideais que orientam seus projetos comuns de vida”. (2010a, 201). Por outro lado: “Em discursos pragmáticos nós examinamos se as estratégias de ação são adequadas a um fim, [...] que queremos”. (2010a, 202). Os discursos pragmáticos envolvem negociações econômicas e compromissos políticos, orientados pelos códigos do dinheiro e do poder. Por fim relata que: “Em questões morais, o ponto de vista teleológico [...] desaparece por trás do ponto de vista normativo, sob o qual nós examinamos a possibilidade de regular nossa convicção no interesse simétrico de todos. (2010a, 203). Segundo o autor questões morais, entram no direito através do princípio de dignidade humana e o sistema de direitos fundamentais, interpretados como para Dworkin em “Levando os direitos a sério” (2007) como normas deontológicas. Por isso Habermas afirma:

Quando se entende a constituição como interpretação e configuração de um sistema de direitos que faz valer o nexó interno entre autonomia privada e pública, é bem-vinda uma jurisprudência constitucional ofensiva (...) em casos nos quais se trata da imposição do procedimento democrático e da forma deliberativa da formação pública da opinião e da vontade: (2010a, p. 346-347)

Habermas vê a formação da opinião pública e da vontade política, movendo-se na esfera pública, passando por filtros, antes de chegar a arena superior do próprio aparelho administrativo do Estado dividido em seus três poderes. De sua compreensão de democracia: “resulta a exigência normativa de um deslocamento de pesos nas relações entre dinheiro, poder administrativo e solidariedade, a partir das quais as sociedades modernas satisfazem suas necessidades de integração e de regulação. (2010b, p. 22).

O pensamento de Habermas, desenvolve-se na tensão entre facticidade e validade, que equivale a tensão entre uma visão republicana idealista e uma visão liberal pretensamente realista.

Para ser legítimo, o direito de uma comunidade jurídica concreta, normatizado politicamente, tem que estar, ao menos: em sintonia com princípios morais [...]. Porém, tal formação de compromisso não se realiza nas formas de um discurso racional que neutraliza o poder ou exclui o agir estratégico. (2010a 351)

Para Habermas a política deliberativa, com sua complexidade de, dissenso, consenso, acordo e compromisso, constitui o processo democrático e a expectativa dos melhores resultados racionais. Ele demonstra como o agir comunicativo nas várias arenas da esfera pública permite a participação dos interessados e o filtro das propostas das arenas de baixo, por especialistas até chegar a decisão no parlamento, contrariando a tese da tirania dos ignorantes.

Em suas palavras: “Esse processo democrático estabelece um nexó interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discursos da justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais equitativos”. (2010b, p.19) Para Habermas a política deliberativa depende:

[...] da institucionalização dos correspondentes processos comunicacionais, como também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opinião públicas que se formam de modo informal. A proceduralização da soberania popular e a ligação do sistema político às redes periféricas da esfera pública política implicam a imagem de uma sociedade descentrada. (2010b, p. 21).

Antes das eleições, a soberania popular está em jogo na esfera pública, e nela é disputada. Esse deslocamento de pesos nas relações entre dinheiro, poder administrativo e solidariedade é também percebido pelas elites. Elas pretendem numa democracia formal fazer valer seus interesses. Por isso jogam com o peso do dinheiro no controle dos meios

institucionais convencionais de comunicação, escolas, etc, por um lado e na formação de aparelhos privados de hegemonia (APHs) que serão apresentados em seguida.

## 2 APARELHOS PRIVADOS DE AÇÃO ESTRUTURAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Este item abordará os aparelhos privados de ação política e ideológica no Brasil, a partir da análise do livro de Flávio Henrique Calheiros Casimiro, que tem por título. “A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo”. (2018). Adverte-se o leitor, que não se aborda propriamente o fenômeno Bolsonaro e sua ação ideológica nas redes sociais. Antes, apresenta-se um quadro de fundo que possibilitou esse fenômeno político.

Desde a Constituição federal de 1988 dois modelos principais de democracia estão em jogo. O modelo da democracia deliberativa, participativa popular e o modelo elitista. Observa-se que nenhum dos modelos teóricos pode ser identificado diretamente com nossa realidade. Não cabe também juízo maniqueísta a favor de um destes modelos que buscam consenso. Tão pouco há falsa neutralidade frente a aliança com o autoritarismo. A ascensão de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, muda o cenário. Vinculado a grupos de extrema direita, militares, evangélicos e ruralistas articulando-se com o neoliberalismo arrasta o apoio de elites. Parte das quais, comprometidas com a democracia, desembarcaram do governo.

A pesquisa pretende fazer o levantamento das estratégias institucionais desenvolvidas pelos “Aparelhos Privados de Hegemonia” (APHs) aprofundando a análise dos pressupostos que os estruturam. “O trabalho, nesse sentido, busca elucidar a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil que buscam naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso”. (CASIMIRO, 2018, p.23). Após 1988, as frações das elites multiplicam-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão, com eles os pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios da vida social. Como afirma Casimiro: “Essa atuação política e ideológica é conscientemente organizada e executada por empresários e intelectuais coletivos, que investem capital material e simbólico para defender sua posição dominante”. (2018, p. 29).

Assim foi fundado um importante APH, O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). (CASIMIRO, 2018, p.151 et seq.). Esse instituto propõe o protagonismo e liderança da elite industrial para o desenvolvimento do país. A partir de 1998 o Iedi, investe na elaboração de estudos técnicos como mecanismo para a difusão e inserção, nas estruturas do

Estado de seu projeto de nação, desenhando uma visão para o Brasil no ano de 2010. Trata-se, claramente de um projeto de país sob a liderança da produção industrial e economia de mercado.

Casimiro mostra o domínio dos empresários: “entre os sócios-fundadores e integrantes do Conselho Administrativo, nove aparecem nas listas de empresários destacados anualmente pela *Gazeta Mercantil*, durante a década de 1980” (2018, p.158) A missão desta APHs é a seguinte:

Participar em parceria com o Estado e Entidades com interesse na Indústria, da formulação e implementação de Política de Desenvolvimento Industrial que, como parte de um Projeto Nacional, tenha como objetivos: participação crescente da indústria brasileira na produção mundial da indústria; aumento da produção de bens com maior valor agregado e conteúdo tecnológico; crescimento continuado da riqueza nacional. Agir para que o crescimento econômico resultante propicie melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e igualitária. (MENDEZ, 2010, p. 187).

A missão, da instituição deixa clara sua busca de protagonismo, junto a sociedade e o Estado, com a elaboração de um projeto de nação, bem como, a busca de um amplo consenso com as camadas populares, na medida em que promete melhoria nas condições de vida e justiça. Trata-se de um projeto que visa, aumentar a produção, a produtividade e o salário real. Portanto, um projeto que caminha ao abrigo dos princípios da Constituição de 1988.

Casimiro (2018, p.160 et. Seq.) afirma que o Iedi critica a relação extremamente corporativista entre burguesia e Estado brasileiro, e que a criação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, representou a sinalização de uma mudança nas relações entre público e privado no sentido de possível superação do corporativismo setorial da indústria no Brasil. Por isso, criou o Fórum da Produção Industrial, para constituir um local de discussão empresarial, independente de associações de classe e de setores de atuação das empresas. O Iedi atua, portanto, como um cérebro político da indústria, fundamentado nos valores do mercado, da livre iniciativa e seu projeto de nação entranhada na estrutura do Estado.

Outro APH que se desenvolve é o Instituto Atlântico (IA) que nasceu em 1993. (CASIMIRO, 2018, 168 et seq.). Boa parte destes empreendedores se reunia na Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes) na década de 1980, buscando soluções para a tríplice dívida brasileira: interna, externa e social, herdada do período militar. Entre outras propostas, fazem a defesa do chamado Estado eficiente. O IA Lançou o programa de estabilização com crescimento, com um diagnóstico da realidade político-econômica e social do Brasil. No diagnóstico, aparecem como principais problemas, a hiperinflação, endividamento público e a dívida social.

Casimiro apresenta um significativo quadro de propostas de políticas públicas do IA (2018, p. 173-174). Dentre elas destacamos primeiro as soluções pré-estabilização: fortalecer fundos sociais; criar câmara de compensação de créditos públicos; privatização e meios de quitação de dívidas dos Estados com a união; reestruturação dos fundos sociais inclusive o FGTS; segregação do sistema de previdência social; serviços de saúde administrados pela classe médica; conceito de cheque-saúde; conceito de cheque salário-educação; conceito de auxílio emprego; reforma tributária com regularização de dívidas pendentes; redistribuição dos impostos; autonomia do banco central; financiamento dos Estados e da união, por meio de bônus. O quadro também apresenta as soluções pós estabilização: Aumentar a poupança interna, a partir do aumento da confiança do investidor no país; liberdade para as empresas em definir seus preços e salários, promovendo a concorrência; retomada da confiança e incentivo ao novo comportamento ético e crescimento sustentável.

Em 1994, a entidade se engaja no trabalho de revisão constitucional com a cartilha “‘O Brasil tem jeito – O que queremos da Revisão constitucional’ editada pelo Grupo Abril, com apoio da Suzano Klabin. O projeto contou com a adesão e participação da Força Sindical”. (CASIMIRO, 2018, p. 178). Nela estão contidas um conjunto de Propostas de emendas constitucionais que abordam as reformas do Estado brasileiro nos campos: político; social; previdência; saúde; educação; emprego; financeiro; poupança, etc. Dentre as propostas são destaques as privatizações do FGTS e da Previdência, em parceria com sindicatos. (2018, 186). Casimiro apresenta a ação focada do instituto na regularização da favela Canta Galo no Rio de Janeiro.

Porém no ano de 2010 o IA passou a concentrar ações no macroprojeto, do Movimento Brasil Eficiente (MBE). Casimiro relata que esse movimento é: “Baseado em sua concepção de Estado pautada nos pressupostos de mercado que defendem uma estrutura estatal ‘minimizada’ ou ‘eficiente’. (2018, p. 199). Eles apresentaram o projeto ao ministro Guido Mantega e conseguiram o apoio formal dos governos de Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, etc. Conforme se pode verificar no *site* do Instituto Atlântico:

Sem qualquer vínculo político-partidário, o MBE é um movimento administrado pelo Instituto Atlântico e tem como objetivo implantar a simplificação fiscal e a gestão eficiente dos recursos públicos, este último por meio da instalação do Conselho de Gestão Fiscal, já previsto no art. 67 da Lei de Responsabilidade fiscal (LRF). (2019).

Esse movimento apresentou-se aos vários governos dos principais partidos políticos do Brasil. Casimiro deixa entrever o papel de APH conciliador do IA ao fazer o seguinte comentário:

Se por um lado o Instituto Atlântico buscou aliar-se à Força Sindical no sentido de ampliar suas bases de consenso para outros estratos sociais, com uma tentativa de aproximação e captura de demandas das classes trabalhadoras, por outro lado, o instituto organiza e difunde seus projetos com o apoio da grande burguesia. Entre os principais aliados do instituto, a partir dos anos 2000, está o grupo Doria e sua entidade afiliada (2018, p. 200).

Essa parceria materializa-se na agenda Brasil 2012 com as seguintes propostas: “1. aumento da eficiência no setor público; 2. transformar juros em infraestrutura local; 3. eficiência fiscal e competitiva; 4 socialização da riqueza; 5 tripé “educação, inovação e sustentabilidade”. (CASIMIRO, 2018, p. 204).

Em 2003 foi fundada uma organização para representar os interesses das frações mais abastadas dos pais, liderada por João Doria Jr., Grupo de Líderes Empresariais (Lide). Como afirma Casimiro: “A entidade que congrega alguns dos grupos econômicos mais poderosos do país se autodeclara como uma organização de caráter privado, que reúne empresários em doze países e quatro continentes”. (2018, p.207) O Lide reúne lideranças que acreditam no fortalecimento da livre iniciativa no Brasil e no mundo. Considerando o perfil de concentração de renda do Brasil, onde conforme Dowbor oito famílias disfrutam de renda equivalente aos 50% mais pobres. Pode-se facilmente compreender de onde vem a enorme “força política” de Dória. E o grave problema de uma política que não depende do povo, mas do dinheiro. O Lide não é aberto para ingresso em seu seletivo grupo é necessário atender aos seguintes critérios:

[...] empresas brasileiras e multinacionais com ‘faturamento igual ou superior a 200 milhões de reais anuais’; companhias que praticam governança corporativa, valorizam o ser humano em todos os níveis, respeitam o meio ambiente e oferecem apoio a programas de responsabilidade social; organizações notórias, que tenham imagem pública de alta reputação no Brasil e no exterior. (CASIMIRO, p. 208).

Como se pode verificar pela exigência de faturamento anual trata-se de um clube fechado de ricos. Doria fecha um *resort* todos desfrutam de comida, esportes, shows, palestras, etc. “É um ganha-ganha. Quem vai ganha amigos, clientes, informação, conteúdo, negócios. A prova é que nunca houve quem não quisesse voltar gaba-se Doria”. Veja, 31/01/2007.

A estrutura organizacional do Lide é impressionante, ela é composta por representações setoriais, só a nível nacional são 25 setores com seus respectivos presidentes. Além dessa estrutura nacional apresenta também as lideranças estaduais e regionais (CASIMIRO, 2018, p. 210-2015).

Chama a atenção a unidade do Rio Grande do Sul e sua atuação política ideológica. Nas palavras de Casimiro:

O Estado demonstra uma forte tradição na organização política e ideológica de frações da classe dominante, em certa medida, com formas de ação muitas vezes profascistas, aliando discursos conservadores racistas e separatistas (sulistas) no sentido de eleger seus culpados, no conjunto das relações sociais. (2018, p. 2017)

Com as características da Lide de ser um clube fechado de super-ricos, que mantém a presença explícita de grupos profascistas, não surpreende o fato de durante a campanha de 2018, João Doria então candidato do PSDB ao governo do Estado de São Paulo ter declarado apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. O caso é particularmente interessante, porque representa a hegemonia das afinidades dos programas das APHs, sobre as afinidades partidárias.

Também é destaque a unidade Lide de Santa Catarina, Estado da união com forte tradição liberal. Casimiro destaca que “além de se configurar como uma espécie de comunidade de negócios de grandes empresários nacionais e internacionais, o Lide procura atuar política e ideologicamente para naturalizar sua concepção de mundo como consenso” (2018, p.222) Propõe, as bandeiras da economia de mercado, livre iniciativa, neoliberalismo como interesse da nação. Além da revista Lide, também publicada em versões específicas para cada unidade internacional do Lide. Ele também participa de outros dezessete periódicos da Dória editora e uma internacional. Todas as revistas, são listadas e apresentada sua temática por Casimiro no quadro de periódicos do grupo Doria-Lide. (2018, p. 224-229). Fica evidente que o grupo é uma “máquina ideológica” maior e mais poderosa do que vários partidos políticos organizados no Brasil. Porém, trata-se de gigantesco Aparelho Privado de Hegemonia. Seu primeiro compromisso é com a propriedade privada e seus donos. Trata-se, não se pode esquecer de um clube de super-ricos. Que disputam o Estado para realização de seus interesses. Não por acaso Casimiro registra que: “O Estado de São Paulo teria investido até outubro de 2015 cerca de 1,5 milhão de reais em publicações nas revistas do Lide, sendo 500 mil somente para a *Caviar Lifestyle*, que se declara como tendo a missão de retratar o universo do luxo no Brasil [...]” (2018, p. 229). É claro o enaltecimento da posição de elite.

O lide porém visa o debate político e econômico – “com análises econômicas conjunturais projeções de cenários econômicos, proposição de políticas públicas, defesas de reformas e programas de reformulação do papel do Estado”. (2018, p.230). Todas essas operações especialmente a reformulação do papel do Estado com as privatizações são de enorme interesse para a transferência do capital estatal para a iniciativa privada, com enorme lucratividade. Junto com o Instituto Atlântico o Lide organizou a chamada “agenda Brasil: Proposta para o avanço acelerado do país”.



O Movimento Brasil Competitivo (MBC) é uma estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado, criado no Rio de Janeiro em 2001. “o MBC é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Em sua fundação o movimento contava com treze grupos empresariais, chegando, com dois anos de atividade, ao número de 73 grandes empresas”. (CASIMIRO, 2018, p. 233). O MBC aparece no conjunto das organizações de ação político-ideológica como uma porta giratória entre a alta burocracia estatal e o setor privado.

O movimento Brasil competitivo em sua própria estrutura organizacional contempla a representação do aparelho institucional do Estado, como membros de quatro ministérios indicados pela Casa Civil. Entre as principais pautas do programa de ação do movimento está a redução da aparelhagem do Estado com vistas a torná-lo mais ‘enxuto’ e ‘eficiente’. O presidente do conselho superior do MBC, Jorge Gerdau, afirma em entrevista ao Poder e Política projeto da *Folha* e do UOL, em março de 2013, que o Brasil precisa “trabalhar” com meia dúzia de ministério ou coisa desse tipo” e não 39 pastas existentes na administração Dilma Rousseff. (CASIMIRO, 2018, p.240)

Impressiona que a estrutura do Lide, da qual Gerdau também faz parte possui 25 presidentes dirigindo suas áreas de atuação. Isso leva a entender que tal discurso serve para apropriar-se do Estado e ampliar os negócios e o poder dos grupos por ele representados.

Casimiro mostra que “Na órbita de sua concepção de mundo pautada na noção de “competitividade” como um valor fundamental [...] os intelectuais orgânicos do MBC elaboram suas estratégias de ação no sentido de ‘educar/formar’ para o consenso”. (2018, p. 242) Daí desenvolvem “novas diretrizes para a educação pautadas nas concepções privatizantes e mercadológicas de educação embaladas pelos discursos de competitividade, empreendedorismo e meritocracia que norteiam as ações do movimento”. (2018, p. 243). Esse aparelho privado de ação política e ideológica estabelece diretrizes para a educação nacional partindo dos interesses específico da elite, atuando no interior da ossatura material do Estado. Ele é decisivo para a produção de consenso e projeto de hegemonia da nova direita no Brasil. Como afirma Casimiro:

Mecanismo discursivo sempre acionado e operacionalizado nas ações da burguesia brasileira, concentra-se na caracterização do privado sempre como sendo o espaço da ‘eficiência’, do ‘moderno’, da ‘racionalidade’ e do ‘dinamismo’ em oposição ao público, sempre apresentado como ‘atrasado’, ‘ineficiente’ e ‘paternalista’. (2018, p.247)

Se é certo que o Estado que não é devidamente controlado pela sociedade padece dessas mazelas, em muitas situações. Por outro lado, o discurso ideológico passa totalmente por cima de situações típicas de patologias que ocorrem em função da grande concentração de capital, tais como, monopólios, oligopólios, trustes, dumping, etc. O Brasil competitivo, não leva em

conta que a eficácia do mercado é prejudicada pelo gigantismo das corporações. É claro que o clube dos ricos não fala da própria perda de competitividade, e mazelas, fala só do Estado. Por isso generaliza interesses particulares, como se fossem comuns à sociedade.

#### 4 AÇÃO DOUTRINÁRIA, SOCIABILIDADE DO CAPITAL E A AGRESSIVIDADE DA DIREITA

O Instituto Liberal é precursor dos aparelhos de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil. O instituto liberal do Rio Grande do Sul torna-se autônomo e passa a se chamar Instituto Liberdade. Casimiro relata que:

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994, com forte influência teórica liberal, houve uma paulatina diminuição de doação de recursos para todas as instituições liberais. [...] O engano foi cruelmente exposto com a vitória do PT em 2002, uma reestatização da economia brasileira e o fim da antiga rede de Institutos Liberais. (2018, p. 270)

É preciso entender que desde 1983, o Governo Reagan havia criado o Fundo Nacional para a Democracia. Criou-se também o National Endowment for Democracy (NED), seguido do Center for International Private Enterprise (Cipe) e do Instituto Von Mises Brasil (IMB). Quanto ao NED, trata-se de uma organização não governamental, mas sustentada com recursos governamentais, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos EUA no exterior. Segundo Scott e Walters, “O NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não intervenção, e essa ‘diplomacia informal’ é um elemento potencialmente útil para a política externa” (apud Casimiro 2018, p.279). Quanto aos objetivos do Cipe são definidos da seguinte forma:

[...] auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo mundo. Essa atividade, como afirma a instituição é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas ‘democracias’ emergentes’ (2018, p. 280)

Casimiro mostra um quadro com as organizações latino-americanas associadas ao programa do Cipe (2018, p. 282). Neste quadro figura no Brasil os vários Institutos Liberais. Há, portanto um grau de capilaridade na relação internacionalizada entre aparelhos privados de hegemonia de diversos países. Portanto os institutos liberais, recebem verba do Governo americano, de forma indireta, para promover e difundir a ideologia liberal na América Latina e

no Brasil. No caso do Brasil os estudos eram encomendados pelo instituto liberal, e os especialistas financiados por empresas locais e por várias instituições liberais. Como relata Casimiro: “Entre meados de 1990 e fevereiro de 1993, o Cipe investiu cerca de US\$ 325. 900, 00 no programa executado pelo Instituto Liberal no Brasil.” (2018, p.288) Mais adiante relata o mesmo autor sobre a associação do Cipe e do Instituto Liberal:

Os objetivos dessa associação entre o Cipe e o Instituto liberal vão muito além da simples difusão de ideias, mas assimilam uma estratégia articulada, efetiva e consciente de ação propositiva e organizativa de materialização dos interesses de classe da burguesia no seu objetivo de atualização das formas de dominação que, por sua vez, passam inevitavelmente pela necessidade de reconfiguração do papel do Estado. (2018, p.291)

Casimiro ainda mostra o quadro de organizações financiadoras do programa de assessoria parlamentar e as organizações estrangeiras financiadoras do Instituto Liberal. (2018, p. 292-293). Há evidente constrangimento da soberania nacional.

A natureza do Instituto Liberal não pode ser definida como associação de empresários, pois propõe um projeto para a sociedade brasileira pretensamente universalizante, com a supremacia do mercado e da liberdade individual. No Brasil porém, diferente de outros países o Instituto Liberal foi criado por Empresários. (2018, p. 296). Os institutos liberais possuem um conjunto de princípios registrados na Declaração do Rio de Janeiro de 1988, a qual representa a estrutura documental de seu projeto de sociedade e, por sua vez, uma característica que o define como um intelectual coletivo com objetivos e organização da atuação de longo prazo (2018, p. 296). Entretanto no IL as liberdades são subjulgadas ao neo-liberalismo econômico. “Esse sim seria fundamental e deveria ser garantido em última instância, mesmo que, para tal, outras liberdades sejam suprimidas”. (2018, p.302).

O Instituto liberal apresenta um conceito de cidadania como veículo de difusão ideológica de seus valores, nos seguintes termos expressos por Carlos Nelson Coutinho: “[...] cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, de se ‘apropriar dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. (1999, p. 42). Trata-se de uma concepção muito restrita a visão do mercado.

Os resultados do programa não agradaram, a Cipe, tanto pelo *impeachment* de Fernando Collor de Melo, quanto pelas vitórias eleitorais do PT. Com as vitórias do PT, para reagir a essas derrotas, novos investimentos e novas instituições privadas foram criadas.

Como relata Casimiro a partir de 2013, “o Instituto Liberal busca estabelecer novos canais de difusão e recrutamento a partir de novas mídias, como *blogs*, redes sociais, postagem de vídeos na rede, entre outras”. (2018, p.309). Em seguida relata que o quadro de colunistas

do IL, “são jovens universitários ou recém-formados que, ao mesmo tempo em que são atraídos pelos valores do IL, encontram no instituto um espaço de ressonância de suas ideias”. (2018, p.310).

O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) foi criado em Porto Alegre, em 1984, através da organização de um grupo de jovens empresários. O instituto tem a “missão de preparar os jovens empresários para assumir postos de liderança em entidades influentes da sociedade”. (Casimiro, 2018, p.313). O que caracteriza o IEE como um intelectual coletivo de ação político-ideológica estratégica é a organização do Fórum da liberdade, como um evento catalizador da ideologia neoliberal. O qual também apresenta proposta de políticas públicas cobra e exerce pressão sobre a sociedade política.

O Instituto Liberdade teve suas raízes no Instituto Liberal e se desenvolve a partir de 2004. Segundo Casimiro, “defendendo fundamentalmente as bandeiras da propriedade privada, da livre iniciativa e da economia de mercado, o instituto se qualifica como um produtor de ideias e influências”. (2018, p.333) O público acadêmico figura entre os principais grupos de interesse. “Por conseguinte, atua em dois eixos fundamentais, um de formação interna de dominantes e outro de difusão, contando, inclusive com mecanismos de expansão escolar”. (2018, p. 346)

Em 2009, I instituto Millenium foi reconhecido com Organização da sociedade Civil de Interesse Público. (Oscip). O instituto é caracterizado por Casimiro, como sendo uma instituição de terceira geração: “com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens, empresários”. (2018, p. 348). Mais adiante ele afirma:

De acordo com a definição de sua linha editorial estabelecida no endereço eletrônico do Instituto Millenium, ‘os textos publicados refletem o caráter plural e pragmático da entidade. A rede do Imil reúne entidades e pessoas com diferentes visões de mundo, mas que defendem valores e a linha editorial estabelecida. (2018, p. 363).

A linha editorial, está fundamentada na ideologia do mercado, individualismo e meritocracia. Estabelece como prioridade temas como democracia, economia de mercado, Estado de Direito, liberdade de expressão, política, economia, conjuntura nacional e internacional, sociedade, cidadania e justiça. Diante de tais delimitações, o instituto atua como um difusor dos pressupostos neoliberais. Uma participação importante no Imil é a publicação da série Farol da democracia. Por isso, Casimiro afirma que:

A burguesia, vai sempre oscilar entre os partidos da ordem; essa posição característica da extrema-direita não é necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver objetivada, tampouco mostra-se como sendo a posição majoritária no interior do Imil. (2018, p.371)

O que torna o Millenium um dos principais difusores do neoliberalismo é sua capacidade de mobilização de articulistas e de especialistas. Os especialistas, são intelectuais vinculados a instituição e autorizados em falar oficialmente por ela (CASIMIRO, 2018. 373).

Por fim Casimiro aborda o Instituto Von Mises Brasil (IMB). O instituto é um APH baseado nas bandeiras da escola austríaca. Atua como um intelectual coletivo das frações mais ortodoxas do pensamento ultraliberal. Defende portanto:

Livre concorrência, a economia de mercado, a defesa incondicional do direito de propriedade nas mais variadas representações da vida social e a redefinição do papel do Estado, o Instituto Mises Brasil tem como principal proposta de ação a produção de consenso pautada nos pilares do neoliberalismo teorizados principalmente por Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, Murray N. Rothbard. (2018, p. 377-378).

É um radical opositor das intervenções estatais, inclusive as que visam regular minimamente a economia, produzindo nas áreas de temas políticos, econômicos e sociais. As tentativas de aplicação desses preceitos são comentadas por Pierre Bourdieu que afirma que o reinado do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão assaltou o Estado: “fez do bem público um bem privado, da coisa pública da república uma coisa sua”. (1998, p.38-39). A forma como tem acontecido as privatizações no Brasil, mostram uma verdadeira rapina dos bens públicos, com a entrega ao capital nacional e estrangeiro de empresas e patrimônio público por valores irrisórios, ainda com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social BNDS.

Casimiro relata que em 2010 o IMB organizou o primeiro seminário de Economia Austríaca, no hotel Sheraton, em Porto Alegre, e foi patrocinado pelo Standard Bank e pelo Instituto Ling. Seguiu-se em 2011 e 2012 o segundo e terceiro seminários de Economia Austríaca, também com a participação de renomados convidados internacionais. (2018, p.379 et seq.). A concepção libertária é articulada a um moralismo cultural conservador que despreza homossexualismo, prostituição, etc. Porém esse moralismo, mostra-se muito superficial quando Walter Block defende o comércio de órgãos humanos e o direito de propriedade sobre o próprio corpo. Ele também defende o direito nato de ser preconceituoso. (2018, p.382 et seq.) Sob a aparência de direito ao próprio corpo quer garantir um estoque de órgãos sobressalentes apenas para quem possa pagar. É evidente, que quem precisar vender um órgão do próprio corpo, deve estar compelido por uma terrível necessidade. O principal veículo de difusão é o seu *blog* onde são publicados os textos, os *podcats* e disponibilizado o seu acervo de livros liberais.

Outro APH analisado pelo autor é o Estudantes Pela Liberdade (EPL), que faz recrutamento nos meios estudantis através de sua célula de mobilização, o Movimento Brasil

Livre (MBL). Esse movimento parte do pressuposto que a academia brasileira seria fortemente dominada pelo Marxismo cultural. Como afirma Casimiro:

Este intelectual coletivo nasce a partir de importantes influências e vinculações internas e externas. Internamente o Estudantes pela Liberdade tem suas raízes lançadas em tradicionais aparelhos privados de hegemonia de caráter doutrinário, como é o caso do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto liberdade e o Instituto Millenium.

Já se abordou estes institutos e ficando claro de onde vem suas receitas e a que interesses eles servem. O que é muito interessante é a reportagem de Maria Amaral sobre o surgimento do MBL. Marca criada para não comprometer organizações dos EUA que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos, de outros países, pela própria legislação dos EUA. Na entrevista ela colhe a seguinte afirmação: “os membros do EPL podem participar como pessoas física, mas não como organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre”. (2019)

Pode-se verificar, que a marca MBL cresceu, ocupou espaço nas redes sociais e na mídia tradicional. Alguns de seus representantes conseguiram seus lugares no legislativo nacional. Sabe-se agora suas fontes de financiamento e a que interesses representam.

## 5 RISCO À DEMOCRACIA

Não se considera neste estudo que os aparelhos privados de hegemonia das elites econômicas representem por si só risco a democracia. Antes os aparelhos privados de hegemonia são necessários para um certo equilíbrio de forças e alternância do poder na democracia. O deslocamento de forças entre os papéis do dinheiro, poder administrativo e solidariedade social é parte constitutiva do Estado Democrático de Direito. O que se tornou perigoso foi a eventual ligação que levou ao poder uma personalidade autoritária. Apesar do apoio nas eleições não são poucas as lideranças, mesmo entre neoliberais, ligadas aos aparelhos de hegemonia descritos aqui, que romperam com o atual governo federal e continuam a defender a democracia e a constituição.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt escreveram um importante livro “Como as democracias morrem” (2018). Eles comentam que “é difícil encontrar qual evidências de apoio majoritário ao autoritarismo na Alemanha e na Itália nos anos 1920” (p.30). Eles mostram que a postura do “demagogo” no poder é determinante para a instauração de um regime autoritário, que pode angariar amplo apoio popular e grande capacidade de corrosão das instituições democráticas após sua instalação no poder.

Eles desenvolveram quatro sinais de alerta para identificar autoritarismo em políticos que possam colocar em risco a democracia transcritos aqui: “1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (2018, p.32).

Levitsky e Ziblatt, apresentam como, com o enfraquecimento das “barreiras” internas do partido republicano, ocorreu o fenômeno Donald Trump, que por óbvio, testou positivo para os critérios autoritários pondo em risco a democracia Americana. Eles mostram como em vários países e ocasiões diferentes a união de rivais históricos evitou a chegada ao poder de candidatos autoritários. E concluem “ quando confrontados com um autoritário em potencial, os políticos do establishment têm de rejeita-lo de maneira categórica para defender as instituições democráticas [...]” (2018, p.71). Quando isso não acontece a democracia corre perigo.

Explicando esse perigo Levitsky e Ziblatt mostram como autoritários eleitos destroem as instituições democráticas. “Alguns o fazem com uma só cajadada. Com maior frequência, porém, a investida contra a democracia começa lentamente” (2018, p. 80). As iniciativas para subverter a democracia são aprovadas pelo parlamento e julgadas constitucionais por supremas cortes. Para autoritários em potencial as instituições policiais e judiciárias representam um desafio e uma oportunidade. São usadas para garantir a impunidade protegendo o governo de processos criminais que possam levar a seu afastamento e perseguir adversários (2018, p. 81).

No Brasil, além de Bolsonaro testar positivo com louvor nos quatro itens indicados anteriormente, fatos amplamente noticiados, como os projetos para ampliar o número de ministros do supremo, a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, a atuação do procurador geral da república Ricardo Aras, a suspeita do uso da Abin no caso de Eduardo Bolsonaro, a demissão e transferência de servidores, inclusive militares, os ataques de aliados ao supremo, levantam sérias suspeitas.

Levitsky e Ziblatt apresentam que com árbitros dominados os autocratas podem garantir que jogadores importantes fossem obstruídos ou comprados. “O governo também pode usar seu controle sobre árbitros para marginalizar a mídia de oposição, com frequência através de processos de calúnia ou difamação” (2018, p.86), acrescente-se devassa fiscal e estrangulamento financeiro. Além disso quando importantes meios de comunicação são duramente atacados os outros exercem autocensura.

Para entrincheirar-se autoritários no poder precisam reescrever a constituição outro meio de capturar os árbitros. As ações de aliados do governo Bolsonaro no legislativo e judiciário não deixam dúvida de que estamos diante de uma escalada autoritária por um lado.

Por outro lado, a perda de uma lista significativa de aliados de primeira hora mostra que a escalada autoritária ainda pode ser contida. Porém, sem uma ampla aliança entre forças rivais nosso regime democrático e nossos direitos constitucionais correm sérios riscos. O número de mortes evitáveis contadas diariamente deveriam sensibilizar sobre a necessidade de uma ampla frente de patriotismo constitucional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à questão: Como atuaram os aparelhos privados de hegemonia ideológica da nova direita na legitimação da injustiça social da desigualdade em ameaça à democracia e direitos fundamentais no Brasil?

No primeiro momento deste trabalho, verificou-se que a democracia é disputada entre grupos representantes da elite, que se aglutinam a partir de concepções elitistas de democracia, como é exemplo a concepção de Schumpeter. Nessa concepção o modelo liberal representativo formal é predominante. E as elites disputam com seus programas o voto da população, para fazer valer seus interesses. Verificou-se como intelectuais da elite justificaram injustiça e colocaram em questão a democracia. Com Habermas, porém abordou-se uma concepção mais ampla de democracia procedimental, em síntese entre a visão republicana e liberal. Em sua perspectiva as ordens modernas se legitimam a partir da afirmação da democracia e direitos humanos. Ele articula a solidariedade social, o poder e o dinheiro, a partir da ampla participação na esfera pública, no sentido de deslocamento dos respectivos pesos.

Uma vez esclarecido os conceitos de democracia em disputa, foi possível identificar atuação dos aparelhos privados de hegemonia a partir do segundo do segundo momento. no qual verificou-se como as elites atuaram para fazer valer sua visão de mundo e interesses no conjunto da sociedade propondo uma reforma estrutural da sociedade. O instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial (Iedi), apresenta o protagonismo empresarial industrial e um projeto para o desenvolvimento nacional que passava pela superação do corporativismo setorial ligado ao Estado e não comprometia os direitos fundamentais, nem a democracia.

O Instituto Atlântico (IA), visa superar a tríplice dívida do Estado brasileiro, externa, interna e social. Lança o programa de estabilização com crescimento. A partir de 2010, centra esforços no Movimento Brasil Eficiente (MBE), baseado nos pressupostos do mercado, mas com tom conciliador. Também esse aparelho mantém-se no horizonte constitucional.

O Grupo de Líderes Empresariais (Lide). Formado sob a liderança de João Doria atua como uma máquina ideológica, mais poderosa que vários partidos. O Lide se associa ao



Instituto Atlântico no Movimento Brasil Competitivo (MBC). Afirma um projeto que associa competitividade com privatização e mercado. Seu neoliberalismo comprometeu direitos sociais, mas deixa intocado os fundamentos do Estado democrático de direito.

No terceiro momento abordou-se a atuação das elites nacionais, associadas ao capital internacional. O instituto Liberal do Rio Grande do Sul, torna-se instituto liberdade, por divergências com a concepção da rede de institutos Liberais. Destaca-se que a origem dos Institutos liberais liga-se a receitas vindas do Fundo Nacional para a Democracia, do Governo Regan nos EUA, que criou o NED, o Cipe e o IMB. A divergência do Rio Grande do Sul, está em que abriga posições fascistas.

Instituto de Estudos Empresariais (IEE), criado no Rio Grande do Sul realizou os fóruns da Liberdade. Foi importante para o surgimento do Instituto Liberdade. Analisando seu ideário fica claro que liberdade individual e mercado são as guias fundamentais para a reestruturação do Estado de Direito, não a democracia.

Também o IBM, tendo recebido parte de suas contribuições do exterior, centra sua atuação na defesa da reestruturação do Estado via privatização, radicalizando uma proposta neoliberal, que coloca como fundamento, a propriedade privado, não a democracia e a preservação da dignidade das pessoas.

O EPL, que também recebeu aporte dos EUA, recruta estudantes para a ideologia neoliberal, sendo a origem do MBL, que surge como marca, para burlar a legislação dos EUA, apresenta significativa força nas redes sociais e conquista cadeiras no legislativo. Como no caso de Kim Kataguiri, o qual apesar da sua postura neoliberal, comprometer a prestação de direitos e serviços do Estado a população, após o apoio a Bolsonaro nas eleições, logo percebe suas mazelas e passa para oposição.

Fica claro que há uma cisão em relação aos projetos de nação do (Iedi), e mesmo de democracia liberal do (IA) e do projeto (Millenium) com a importância crescente de grupos neoliberais, mas principalmente a cisão se dá em relação aos grupos profascistas, que atacam os compromissos normativos do Estado Democrático de Direito. Como o Movimento Liberdade do Rio Grande do Sul.

Bolsonaro foi avaliado positivo para o teste de personalidade autoritária de Levitsky e Ziblatt. Não é conveniente subestimar seu poder de corrupção e destruição das instituições. Por outro lado, verifica-se que o amplo apoio inicial à sua candidatura, teve grandes perdas no governo, deputados como Marcos Frota, Kim Kataguiri, Rodrigo Maia e governadores como João Doria, Witzel de aliados passaram a detratores. Levitsky e Ziblatt, mostraram, porém, que muitos governantes, não precisaram de apoio popular, mas da corrupção das instituições para dar

autogolpes. Respondendo nossa pergunta original, a legitimação das injustiças, a ameaça à democracia e aos direitos fundamentais estão aqui configurados.

A questão que fica, e que é crucial para o Estado Democrático de Direito é se as forças tradicionalmente rivais serão capazes de se religar para retomar o pacto constitucional e salvar as regras do jogo democrático e os direitos fundamentais cada vez mais à deriva no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria **A nova roupa da direita**. <http://apublica.org/> 2015/06/a-nova-roupa-da-direita acesso em 19/04/2019.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

INSTITUTO ATLANTICO. **Movimento Brasil Eficiente**. <http://www.atlantico.org>, acesso em: 19/04/2019.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CEPÊDA, Vera Aalves A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais **MEDIAÇÕES**, LONDRINA, V. 23 N. 2, p. 40 -74, MAI./AGO. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**. São Paulo: perspectivas, 1999.

COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D.. *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012

DWORKIN, Ronald **Levando os direitos a sério**. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins fontes 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia** entre facticidade e validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro, v I. 2010a.

\_\_\_\_\_ **Direito e Democracia** entre facticidade e validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro, v II. 2010b.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel **Como as democracias Morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MENDEZ, Álvaro Bianchi. **O ministério das indústrias: a federação das indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 2 1990**. Campina: EdUnicamp, 2010

VATICANO. **Catecismo da igreja católica**. Petrópolis: Vozes, 2020.